

## RESENHAS

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 286p.

*Núbia Silvia Guimarães Paiva\**  
*Menissa Cícera Fernandes Oliveira B. Carrijo\*\**

A autora Maria Isabel Edelweiss Bujes graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, obteve o título de mestre em Educação pela PUC do Rio Grande do Sul e doutorou-se em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; é professora aposentada do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS.

Segundo a autora, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCN/EI) é um instrumento de controle em que operam racionalidades pedagógicas e políticas, preocupadas em gerar e pôr em ação um regime de práticas comprometidas com o poder e conseqüentemente com o governamento da infância, ou seja, a intenção é levar a criança a se auto-regular. Em seu trabalho defende que a disseminação de concepções sobre conhecimento e desenvolvimento infantil está relacionada com a criação de instrumentos para efetivar o controle e o jogo de poder desde a infância.

Trata-se de uma pesquisa documental em que são analisados o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e a Revista Criança (volumes 25, 29 e de 30 a 33), publicada pela Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação (COEDI/MEC). A análise apresentada fundamenta-se em concepções pós-modernas e perspectivas pós-estruturalistas.

---

\* Mestranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

\*\* Mestranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e Professora de Educação Infantil.

O trabalho é dividido em duas grandes partes distribuídas em dez capítulos, sendo que na primeira parte, composta por quatro capítulos, aparecem as discussões sobre como fenômenos associados à infância são manipulados com o objetivo de governar as ações das crianças. O resgate histórico do conceito de infância demonstra que o modo de conceber as crianças é fundamental para organizar a pedagogia que se destina a elas e que o surgimento das instituições de Educação Infantil está associado a uma aliança entre diversas instâncias de instituições sociais. A educação da infância insere-se num conjunto de tecnologias políticas que vão investir na regulação das populações através de processos de controle e normalização.

O RCN/EI foi formulado sob influências do pensamento liberal, o qual propõe a formação de um indivíduo pleno e integrado. Trata-se de um ideário que promete o desenvolvimento, o progresso e a emancipação da humanidade pelo uso correto da razão e pelo cultivo da verdade. Por isso, a autora enfatiza o caráter histórico e político do documento. Nessa primeira parte discute-se os conceitos de governo (ou governamentalizar) associados ao processo de constituição do sujeito. Essa governamentalidade faz o contato entre as tecnologias da dominação sobre os outros, no plano social, e da dominação sobre si mesmo (técnicas de si) no plano individual. Nessa perspectiva deve-se levar em conta que mesmo as teorias ou pedagogias que defendem a construção do sujeito e sua subjetividade, ou seja, em uma teia de relações de poder.

A segunda parte da tese discute como o RCN/EI e a Revista Criança produzida e publicada pelo MEC, tornam-se dispositivos em que estão presentes um conjunto de estratégias do qual o poder se vale para investir-se *na* e *sobre* a infância, ou seja, para controlar e produzir infâncias.

A partir do que Foucault denominou de *tecnologias disciplinares* e *tecnologias da experiência de si*, a autora analisa como os modelos para conduzir as ações pedagógicas, e os instrumentos utilizados para esse fim — operações de vigilância, micro sanções e o exame — têm por objetivo pôr em ação um conjunto de técnicas que não

são da ordem da repressão ou do constrangimento, mas da produção e da estimulação da subjetividade. Esses instrumentos são utilizados a partir de agenciamentos como repartição do tempo e do espaço, classificação das crianças, extração de forças e composição de aptidões; ou seja, os sujeitos infantis, auto-reflexivos e auto-regulados, são o resultado de uma iniciação incondicional nas disciplinas da consciência.

As tecnologias do eu e o governo da infância “inventam” o sujeito infantil, fazendo dele produto de um processo muito complexo. Este *eu* capaz de se auto-problematizar para encontrar a si mesmo, que se volta intencionalmente para seu interior, que é visto como um *locus* de pensamento e ação, é concebido como uma invenção histórica. Tal invenção é discutida a partir dos conceitos do filósofo Jorge Larrosa sobre as experiências. A experiência em que os sujeitos se reconhecem como tal é uma experiência de atribuição de sentido às próprias condutas e às alheias e são produzidas quando o sujeito “se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina”, ou seja, quando debruça-se sobre si mesmo.

O RCN/El, aparece, nesse contexto, como um recurso intelectual refinado que constitui as relações do sujeito consigo mesmo. Dessa forma, as crianças aprendem uma gramática para se auto-expressarem e um vocabulário apropriado para fazê-lo. As orientações sobre as práticas pedagógicas presentes no referencial, se enquadram, segundo a autora, na categoria de educação moral, que é trabalhada a partir da “experiência de si”. A condução das temáticas é feita por meio da interação, que permite o confronto entre as perspectivas pessoais e alheias, tendo a conversa entre as crianças e a professora como espaço para coordenar os diferentes pontos de vista. Tais conversas fazem fluir orientações atitudinais de forma a parecer “natural” os diversos posicionamentos. A condução desse trabalho é mediada pela professora através do discurso pedagógico interrogativo e regulativo. Dessa forma, o propósito do RCNEI de organizar todo um conjunto de processos e de atividades que envolvem as crianças evidencia como o governo opera através dos indivíduos.

## Segundo a autora

*O Referencial se constitui como instrumento de uma determinada política de identidade. Ele tem o poder de definir quem são as crianças, o que se espera delas e como se deve atribuir, aos processos que com elas ocorrem, uma maior ou menor aproximação aos códigos de normalidade considerados como cientificamente elaborados. O que as formulações presentes no documento fazem é instituir modelos de subjetividade e "receitas práticas" de como agir para governar os sujeitos infantis. (p. 228)*

Trata-se, sem dúvida, de uma análise muito interessante, que traz contribuições importantes para o campo da investigação científica, principalmente por conseguir fazer uma correlação minuciosa entre a teoria foucaultiana e a implementação de técnicas disciplinares por meio de um instrumento (RCN/EI) que tem por finalidade, segundo a autora, moldar e modelar as condutas infantis.

Sua relevância mostra-se também ao propiciar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas nas instituições de educação infantil, revelando como nos discursos de que é preciso que a educação contribua para a constituição de sujeitos racionais, autônomos, críticos e livres, está implícito um jogo de poder em que prevalecem as escolhas de um grupo social e profissional privilegiado, que usa a educação infantil para fazer prevalecer suas referências.

No entanto, sabe-se que as propostas contidas no RCN/EI foram produzidas por um grupo de especialistas à serviço do Estado, o que significa a ausência dos profissionais da área a quem se destina tal documento. Isso implica, o que se sabe, na dificuldade de implementação das práticas sugeridas, uma vez que tais sugestões não condizem com a realidade das instituições e de seus professores. Daí é importante chamar a atenção para uma questão: como discutir as relações de poder a partir do RCNEI levando em conta que, na maioria das vezes, tal documento não está sendo implementado, principalmente nas escolas públicas? E como está se dando a relação entre a infância e o poder institucional? De que modo tais relações afetam o processo de constituição de professores e alunos?

Desta forma, observa-se uma possibilidade a mais a ser investigada, no sentido de abrir para novas pesquisas que explorem como a implementação do documento está se dando na prática educativa das instituições de educação infantil.

*Data de Registro: 30/09/04*

*Data de Aceite: 03/03/05*